

O PRONATEC E A FORMAÇÃO DO TRABALHADOR MULTIFACETADO

Luís Fernando de Barros Costa¹

Introdução

O caráter recente do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, criado em 2011, não significa que seja escassa literatura a seu respeito, haja vista o número significativo de análises sobre o programa encontradas no campo acadêmico-científico. Nesse sentido, o presente estudo busca compreender se este programa de vultosas dimensões poderia representar um avanço em relação às políticas de educação profissional técnica de nível médio já desenvolvidas no Brasil ou uma mera reprodução da lógica que permeou estas iniciativas: a oferta de qualificação profissional adequada às demandas mais imediatas do setor produtivo.

Metodologia

A metodologia utilizada correspondeu às pesquisas de caráter bibliográfico e documental. A própria definição do objeto da pesquisa fez com que a metodologia para o desenvolvimento da mesma tivesse como base a análise dos tipos bibliográfica e documental, tanto de publicações já “consagradas” sobre o tema, quanto de trabalhos produzidos nas últimas décadas – anos – e publicados em periódicos desse campo teórico.

A análise bibliográfica compreendeu as contribuições trazidas pela literatura já produzida sobre o tema; especialmente as que aparecem no Referencial Teórico que versam sobre o histórico das políticas de educação profissional no Brasil ao longo do século passado, o contexto onde foram concebidas e implementadas, as concepções pedagógicas que as orientaram, etc.; além daqueles trabalhos que tem como foco as políticas deste setor desenvolvidas nos governos dos presidentes FHC, Lula e Dilma.

Já a análise documental teve como foco os documentos oficiais da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC); a Lei

¹ Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação e Formação Humana da Faculdade de Educação da UEMG. E-mail: luis.fbcosta@hotmail.com

de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; o Decreto nº 2.208/1997; a Lei nº 2124/2004; o Plano Nacional de Educação; informações do sítio oficial do Programa Nacional de Ensino Técnico e Emprego; a Lei nº 12.513 que sancionou o PRONATEC. Além disso, integraram a análise documental dados estatísticos divulgados por instituições de pesquisa como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE).

Desenvolvimento

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) foi criado em 2011 pelo governo federal com o intuito de expandir a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica. Como parte da Política Pública para a Educação Profissional, proposta elaborada pelo próprio governo federal em 2004, através da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, o PRONATEC foi instituído pela Lei nº 12.513 de 26 de outubro de 2011.

Segundo o documento que o instituiu, o PRONATEC tem por objetivo combater a baixa qualificação dos estudantes e trabalhadores brasileiros, fator que contribui para desacelerar os índices de crescimento econômico do país. Além desse objetivo primordial, segundo Godoi (2014), o Programa objetiva também enfrentar a falta de atratividade do Ensino Médio, que se reflete nas altas taxas de evasão nesse nível, uma vez que possibilita aos estudantes, o acesso a postos de trabalho menos precarizados, ou mesmo a definição de uma profissão antes de ingressar no Ensino Superior.

Nesse sentido, o Programa congrega inúmeras iniciativas formuladas para possibilitar a educação profissional, tanto para estudantes egressos do Ensino Médio, como para os concluintes do Ensino Fundamental; além de atender aqueles com escolarização inconclusa que necessitam de qualificação para inserção ou reinserção no mundo do trabalho.

O texto da lei que instituiu o PRONATEC ressalta a importância da ampliação de vagas na Educação Profissional e Técnica. Como sustenta a própria Godoi (2014), é

perceptível o fato de que os investimentos para a meta inicial do programa, que era a de atender aproximadamente 8 milhões de pessoas, não estão focalizados nos cursos de formação inicial ou continuada, deixando por conta da pessoa a responsabilidade pelo avanço da escolaridade; o que demonstra não haver maior preocupação do programa com o avanço da escolaridade, mas sim com a qualificação. Dentre outras ações do programa, está prevista a oferta de cursos técnicos que possam ser cursados de maneira concomitante ou subsequente ao Ensino Médio, por estudantes oriundos da Educação Básica.

A implementação do programa coube ao Ministério da Educação através da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), órgão responsável pelas políticas públicas para a educação profissional do ministério.

O PRONATEC também se articula a várias ações, programas e projetos que visam a promoção do direito à Educação Profissional a um número significativo de brasileiros e transformar ações como a expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica numa política de Estado, e não apenas de governo.

Na página eletrônica do PRONATEC dentro do sítio do Ministério da Educação aparecem os objetivos almejados pelo programa: a) expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio e de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional presencial e a distância; b) construir, reformar e ampliar as escolas que ofertam educação profissional e tecnológica nas redes estaduais; c) aumentar as oportunidades educacionais aos trabalhadores por meio de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; d) aumentar a quantidade de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de educação profissional e tecnológica; e) melhorar a qualidade do ensino médio.

Também são explicitadas as principais iniciativas que servem de guia para o desenvolvimento do programa: a) Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; b) Programa Brasil Profissionalizado; c) Rede e-TEC Brasil; d) Acordo de Gratuidade com os Serviços Nacionais de Aprendizagem; e) FIES Técnico e Empresa; e f) Bolsa-Formação.

O PRONATEC previa também a articulação, em caráter de parceria, com outros órgãos como o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério do Turismo, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Defesa, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa Com Deficiência, a Secretaria de Educação Continuada, Diversidade e Inclusão do MEC, e órgãos estaduais como as Secretarias de Estado de Educação e as Secretarias de Desenvolvimento Humano.

Apesar da grande participação de instituições particulares e paraestatais como ofertantes de seus cursos – onde se assiste a vultosa participação do Sistema S –, uma singularidade do PRONATEC que não pode ser desconsiderada é o fato de ele ter sido acompanhado de uma política de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica sem precedentes no Brasil. Muito embora o marco legal dessa expansão preceda o PRONATEC em quase três anos, que é a Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008.

No bojo das particularidades que acompanham o programa, cabe destacar a contribuição da expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, ainda que a lei que a determinou anteceda em três anos o PRONATEC. Expansão esta demonstrada pelo aumento do número de instituições construídas, pelo número de pessoal contratado, por sua interiorização dentro das unidades da federação, além de sua ampliação para além o Centro-Sul do país, alcançando as regiões Norte e Nordeste.

Também é notório o aumento dos recursos destinados à educação profissional técnica nos últimos anos, demonstrando a importância atribuída ao setor pelo governo federal, nos dois mandatos de Lula da Silva e o primeiro mandato Dilma. A alocação de recursos para esta área já vinha crescendo sucessivamente desde 2003, mas teve um aumento vertiginoso a partir da criação do PRONATEC, com os investimentos quase que dobrando entre 2011 e 2014. Esse aumento de recursos investidos na educação profissional técnica repercutiu no crescimento vertiginoso do número de matrículas do programa ao longo de sua vigência, mais de nove milhões no total entre 2011 e 2015 (COSTA, 2017).

Além disso, a dimensão “inclusiva” do PRONATEC é percebida quando observados os elementos que o integram, especialmente as citadas parcerias com o Programa Brasil Profissionalizado, a Rede e-Tec Brasil, o Acordo de Gratuidade com os Sistemas Nacionais de Aprendizagem e, principalmente, a iniciativa da Bolsa Formação. Tais iniciativas, que já existiam quando da criação do programa e foram a ele incorporadas, revelam o esforço por parte de seus criadores de ampliar o alcance do programa, facilitando o acesso e permanência de estudantes da classe trabalhadora à educação profissional técnica.

Os números alcançados pelo PRONATEC, a partir do aumento dos investimentos e, por conseguinte, do número de matrículas, bem como as iniciativas que o foram complementando ao longo dos anos, merecem ser encarados como parte dos compromissos assumidos pelo Partido dos Trabalhadores, num esforço de contemplar, de certa forma, os anseios daqueles setores da sociedade brasileira que o elegeram e nele depositaram grandes esperanças de mudança.

Stephen Ball (2004), adotado como um dos referenciais teóricos deste trabalho, afirma que tendências econômicas globais tendem a exercer considerável influência sobre o processo de criação de políticas educacionais nacionais. No entanto, eles ressaltam que tais influências são sempre recontextualizadas e reinterpretadas pelos Estados-nação que as promovem, revelando numa interação dialética entre global e local. Pois, para ele, ainda que a globalização promova a migração de políticas, esta não é uma mera transposição e transferência, uma vez que as políticas são recontextualizadas dentro de contextos nacionais específicos, sempre sujeita a “processos interpretativos”. Esse referencial analítico de Ball ganha sentido se tomarmos como exemplo as iniciativas que foram sendo incorporadas ao PRONATEC ao longo dos anos, visto que são fortemente marcadas pelas orientações do grupo político que encabeçava o governo federal.

Discussão

Uma análise, mesmo que não aprofundada, revela que não são poucos os pontos que diferenciam o PRONATEC das políticas de educação profissional e tecnológica de

nível médio já desenvolvidas no Brasil. Ele desenvolveu-se numa conjuntura de maior crescimento econômico em comparação com a década de 1990, período marcado por baixo crescimento, pela reestruturação produtiva e por profundas mudanças no mundo do trabalho, em que se destacam o aumento do desemprego e a crescente automação que se deram sob a égide do ideário neoliberal (MAGALHÃES: 2010).

Em termos macroeconômicos, segundo Pochmann (2009), nos governos Lula (2003 a 2006 e 2007 a 2010) e no primeiro ano do governo Dilma (2011 a 2014) o Brasil cresceu num ritmo mais intenso, algo que se expressou nas taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) que apresentou uma média de 3,8% ao ano nesse período. No âmbito social, Lima (2012) identifica avanços sociais, como a considerável geração de emprego, o ganho real do salário mínimo e uma inédita mobilidade social. No campo da educação, assiste-se ao aumento de recursos destinados para a educação pública, que tem como um de seus resultados a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica entendida como elemento estratégico para o desenvolvimento do país.

Outra significativa particularidade do PRONATEC que merece ser levada em consideração é o fato dele ter sido criado por um governo encabeçado pelo Partido dos Trabalhadores, um partido que tem sua origem nos movimentos sociais e sindicais, e defende uma maior presença do Estado para garantir a economia de mercado, o nível de emprego e políticas sociais focalizadas e compensatórias de combate aos efeitos mais agudos da miséria (IASI, 2006).

Ao mesmo tempo, a análise do referido programa exige que se considere o fato deste se desenvolver num contexto de profundas alterações no mundo do trabalho mediante consideráveis transformações no processo produtivo capitalista, através do avanço tecnológico, pela constituição das formas de acumulação flexível e pelos modelos alternativos ao taylorismo/fordismo, especialmente o chamado modelo “toyotista” ou japonês (ANTUNES, 2006).

Inevitavelmente, tais transformações no mundo do trabalho influenciam o sistema educacional que passa a ter que se adequar às novas exigências apresentadas. Essa necessidade de adequação ao novo arranjo produtivo

altera substancialmente o papel da educação e confere aos sistemas de ensino maior responsabilidade em relação à inserção dos indivíduos na esfera produtiva, o que pressupõe a construção e adoção de novos conceitos pedagógicos que acabam por influenciar e orientar políticas educacionais.

Isso acaba por desfigurar a formação escolar para o trabalho, fazendo com que políticas de qualificação profissional – considerando as especificidades do contexto socioeconômico e político brasileiro – não sejam consideradas políticas propriamente educacionais, mas sim políticas de geração de trabalho e renda. Visto que a qualificação passa a se caracterizar como uma política ativa de emprego, partindo-se do pressuposto de que é necessário qualificar parte da População Economicamente Ativa, atendendo à demanda do mercado de trabalho por mão-de-obra qualificada (JORGE, 2009).

Nesse sentido, toma forma a indagação central deste estudo: se um programa de dimensões e características como as do PRONATEC, possibilitou a oferta de ensino politécnico, modalidade que conjuga a formação profissional e técnica com a formação humana (SAVIANI, 1989) ou se consistiu num ajuste do sistema educacional ao sistema produtivo.

No caso brasileiro, a educação profissional e técnica sempre esteve relacionada, tanto à políticas de geração de emprego e renda, quanto à concepções nacional desenvolvimentistas, que viam nessa modalidade de ensino um elemento fundamental para a superação do atraso do Brasil em relação aos países centrais da economia mundial. Noção que se adensa se se consideram algumas das características do mercado de trabalho no Brasil como o grau de informalização das relações trabalhistas, a precariedade dos postos de trabalho e os baixos níveis de qualificação da força de trabalho. Somado a isso, tem-se o fato das políticas de emprego, por um longo período de tempo, terem sido voltadas especificamente para a industrialização, buscando, com isso, o crescimento econômico (JORGE, 2009: 42).

Ainda nessa percepção, Jorge (2009) pontua que o debate sobre a educação como elemento fundamental para explicar o desenvolvimento econômico teve grande destaque no mundo capitalista, especialmente na segunda metade do século XX. Num contexto em que predominava a ideologia do nacional

desenvolvimentismo, a Teoria do Capital Humano (TCH) serviu de embasamento para o discurso da educação como meio de distribuição de renda e ajuste social, tornando-se um instrumento de grande importância para que os países subdesenvolvidos alcançassem o desenvolvimento desejado.

Sobre esta perspectiva de que a educação como elemento potencializador da produtividade e, por conseguinte, do desenvolvimento econômico e social de um país, Ball (2002), ao discutir como o formato assumido pelos Estados contemporâneos – principalmente dos países centrais – reflete nas políticas educacionais, afirma que

Cada vez mais, as políticas sociais e educacionais estão sendo articuladas e legitimadas explícita, direta e, muitas vezes, exclusivamente em função do seu papel em aumentar a competitividade econômica por meio do desenvolvimento das habilidades, capacidades e disposições exigidas pelas novas formas econômicas da alta modernidade. Paralelamente, esses agentes da economia continuam agindo para influenciar o Estado a que este se responsabilize por e suporte os custos de seu interesse por uma mão-de-obra devidamente preparada, ainda que a repartição desses custos varie entre os países. Isso não significa que o Estado seja menos ativo ou menos intruso, mas que age de modo diferente (BALL, 2002: 1109).

Ainda que o nacional desenvolvimentismo não seja mais hegemônico, a noção de que a educação funcione como elemento crucial para o desenvolvimento econômico não desapareceu. Por isso Jorge (2009) chama a atenção para a importância de se buscar um melhor entendimento das relações entre trabalho no capitalismo contemporâneo e a educação profissional e técnica. Assim, diz que, com as recentes transformações no mercado de trabalho, a qualificação, a requalificação, o treinamento e a educação profissional ganharam importância ainda maior nas decisões governamentais de financiamento das políticas compensatórias de emprego (POCHMANN *apud* JORGE, 2009: 44). Fenômeno que ocorre em função das transformações do mundo do trabalho, notadamente após a reestruturação produtiva do capital e as novas formas de produção e acumulação, a partir das quais passou-se a exigir a formação de um perfil do trabalhador mais flexível, multifacetado, com conhecimentos e atitudes diferentes daqueles exigidos pelo arranjo taylorista/fordista.

Sobre as mutações do mundo do trabalho contemporâneo Antunes (2006) mostra como estas se intensificaram a partir da crise econômica dos anos 1970, imprimindo consideráveis transformações no processo produtivo capitalista, através do avanço tecnológico, pela constituição das formas de acumulação flexível e pelos modelos alternativos ao taylorismo/fordismo, especialmente o chamado modelo “toyotista” ou japonês (ANTUNES, 2006: 190).

Dentre estas mutações, destaca-se a transformação da classe operária a nível mundial, tornando-se mais fragmentada, heterogênea e complexa. Simultaneamente mais qualificada em alguns setores e mais desqualificada e precarizada noutros tantos; em suma, ficou a classe trabalhadora mais diferenciada entre qualificados/desqualificados, mercado formal/informal, homens/mulheres, jovens/velhos, estáveis/precários, imigrantes/nacionais, etc. (ANTUNES, 2006, 191).

Inevitavelmente, tais transformações no mundo do trabalho influenciam o sistema educacional que passa a ter que se adequar às novas exigências apresentadas. Essa necessidade de adequação ao novo arranjo produtivo altera substancialmente o papel da educação e confere aos sistemas de ensino maior responsabilidade em relação à inserção dos indivíduos na esfera produtiva, o que pressupõe a construção e adoção de novos conceitos pedagógicos que acabam por influenciar e orientar políticas educacionais.

Isso acaba por desfigurar a formação escolar para o trabalho, fazendo com que políticas de qualificação profissional – considerando as especificidades do contexto socioeconômico e político brasileiro – não sejam consideradas políticas propriamente educacionais, mas sim políticas de geração de trabalho e renda. Visto que a qualificação passa a se caracterizar como uma política ativa de emprego, partindo-se do pressuposto de que é necessário qualificar parte da População Economicamente Ativa, atendendo à demanda do mercado de trabalho por mão-de-obra qualificada (JORGE, 2009: 45), o que significa uma força de trabalho adequada aos novos padrões de produção e acumulação flexíveis.

Conclusão

O PRONATEC desenvolveu-se numa conjuntura de maior crescimento econômico em comparação com a década de 1990, em que predominaram as políticas neoliberais da era FHC. Inclusive, a eleição de Lula da Silva, em 2002, não fora senão o resultado de uma resposta de amplas parcelas da sociedade brasileira às políticas econômicas que vigoraram no final do século XX. Por isso, não se pode desconsiderar o fato deste programa ter sido criado e desenvolvido por um governo encabeçado pelo Partido dos Trabalhadores, um partido que tem origem e base nos movimentos sociais e sindicais e cuja chegada ao governo alimentou expectativas de mudanças estruturais na sociedade e na educação brasileiras.

No plano das políticas sociais, observaram-se inúmeras iniciativas voltadas para os segmentos mais pobres, dentre os quais se destaca o Bolsa Família, programa de transferência de renda para famílias em situação de pobreza e pobreza extrema, e que se origina da unificação de outros programas já existentes anteriormente tais como o Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e Auxílio Gás. Diferentemente destes programas, que funcionavam sob a responsabilidade de um Ministério diferente no governo FHC, o Bolsa Família foi centralizado no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) (JORGE, 2009: 19-20).

No âmbito econômico, não reverteu as privatizações das estatais da década de 1990, pelo contrário, manteve com menor intensidade a entrega do patrimônio público através das chamadas concessões à iniciativa privada, não avançou na reforma agrária, tendo protagonizado uma política agrária voltada para o agronegócio; no plano político, promoveu uma sistemática cooptação de movimentos sociais e populares, centrais sindicais e entidades estudantis; trocou histórica mobilização sindical e popular por acordos com partido e grupos conservadores em troca da “governabilidade” no parlamento.

Entretanto, no campo da educação, para muitos autores como Leher (2013) a tão propalada expansão de matrículas no ensino superior pelos governos Lula e Dilma, notadamente através do Programa Universidade para Todos (PROUNI), não representou, de fato, uma democratização do acesso ao nível superior de ensino. Crítica sustentada na constatação de que este programa se baseia na isenção de impostos para o empresariado

do setor educacional, em detrimento do investimento em universidades públicas, evidenciando a consonância do Estado brasileiro com as orientações do Banco Mundial que recomenda a diminuição de investimentos no ensino superior.

Machado e Rocha (2009) afirma que, sob a justificativa de introduzir os jovens das camadas populares nas universidades, seja com bolsas integrais ou parciais, a visão do PROUNI é propagada como essencial para a saída dos jovens da situação de desemprego. Entretanto, o discurso da expansão do ensino superior acaba por aquecer o mercado educacional, num galopante processo de mercantilização do ensino superior, que vem se apresentando como um setor de investimentos dos mais rentáveis no Brasil (MACHADO e ROCHA, 2009: 151).

Em relação à educação profissional e técnica de nível médio, programas qualificação profissional criados pelo governo Lula com o propósito de inserir jovens no mercado de trabalho como o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM), o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) ou o Programa Brasil Profissionalizado acabam por fazê-lo de maneira questionável. Para Grabowski (2009), estes programas constituíram alternativas ineficazes no que tange a inserção de jovens no mercado de trabalho, não apenas pela inclusão dos seus assistidos em trabalhos precarizados, como também por alimentar o que chama de “consumo predatório da força de trabalho”, através da formação de personalidades flexíveis, polivalentes e empreendedoras, por meio de dimensões pedagógicas que trazem, em seu conteúdo, estratégias de disciplinamento, necessárias ao regime de acumulação capitalista (GRABOWSKI, 2010: 176).

Semelhante às críticas ao processo de mercantilização do ensino superior a partir de programas do governo federal, Godoi (2014) observa que, além das ações voltadas para atender às instituições públicas de Ensino Médio e Educação Profissional, o PRONATEC apresenta ações que reforçam a relação público-privado. Algo que fica evidenciado no acordo de gratuidade com os Serviços Nacionais de Aprendizagem, o chamado Sistema S. Observação dotada de sentido, se se observa o levantamento feito por Martins (2015), quando observa que, até 2013, o PRONATEC teve quase 5,5 milhões

de matrículas, das quais 392 mil eram em cursos técnicos, o restante em cursos de Formação Inicial e Continuada. Das matrículas feitas até novembro de 2013, segundo dados do MEC, 80% são oferecidas por instituições do chamado Sistema S. Os 80% de matrículas do PRONATEC realizadas no Sistema S estavam distribuídas do seguinte modo: 43% no SENAI, ligado à Confederação Nacional da Indústria (CNI); 30% no SENAC, da Confederação Nacional do Comércio (CNC); 4% do SENAT, ligado à Confederação Nacional do Transporte (CNT); e 3% do SENAR, da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária no Brasil (CNA) (MARTINS, 2015: 78).

Autores como Castioni (2013) acreditam que o Brasil vivia o período que poderia ser classificado como de “apagão de mão de obra”, em que o PRONATEC, tendo em vista os elementos que o compõe, principalmente por extrapolar os domínios dos ministérios do Trabalho e da Educação – considerável diferencial em relação às políticas de qualificação profissional que o precederam – teria muito a contribuir para manter a economia brasileira em ascensão.

Ideia questionada por Ruy Braga *apud* Guimarães (2013), que afirma que não a menor chance de haver um apagão de mão de obra no país. Para ele, não pode falar em apagão de mão de obra quando 43% da população economicamente ativa continuam na informalidade. Assim, as empresas têm, diante delas, um excedente populacional, uma massa de trabalhadores imersos nessa imensa informalidade, à sua disposição. As empresas tem o poder de produzir uma massa de mão de obra excedente, pois contratam quando lhes for conveniente, quando não o for, elas demitem esses trabalhadores, conforme seus interesses. Em suma, afirma que, quem controla o mercado de trabalho, é o empresariado, e não a qualificação do trabalhador.

A demanda por trabalhadores como resposta à ação conjunta do PRONATEC seria, segundo Braga, parte desse processo, onde o Estado atua, por intermédio das políticas públicas, como o principal instrumento de garantia e manutenção desse contingente de mão de obra excedente às necessidades imediatas do empresariado, para que possam contar com esse pessoal para entrar no mercado de trabalho quando puderem aproveitar o ciclo de negócios e investimentos (GUIMARÃES, 2013).

Considerando esse raciocínio, é possível aferir que o PRONATEC compõe um projeto de desenvolvimento para o Brasil alicerçado nos marcos do capitalismo contemporâneo. Sobre esse cenário econômico global, vale a reflexão de Frigotto (2011), quando este salienta que a inserção dos países periféricos no processo de globalização e reestruturação produtiva, sob uma nova base científica e tecnológica, dependem simultaneamente da educação básica, de formação profissional, qualificação e requalificação. Entretanto, não se trata de qualquer educação e formação. Trata-se de uma educação e formação que desenvolvam habilidades no plano do conhecimento, das atitudes e dos valores, produzindo competências para gestão da qualidade, para a produtividade e competitividade, para a “empregabilidade” (FRIGOTTO, 2011: 44-45), em consonância com as exigências do sistema produtivo hegemônico, bem como com a reprodução do modelo societário que dele resulta.

Referências

ANTUNES, Ricardo e ALVES, Giovanni. *As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital*. Revista Educação e Sociedade, v.25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

BALL, S. J. *Performatividade, Privatização e o Pós-Estado do Bem-estar*. Educação e Sociedade, Campinas: vol. 25, n. 89, p. 1105-1126, 2004.

BNDES. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. *A economia brasileira: conquistas dos últimos dez anos e perspectivas para o futuro*. 2012. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/bibliotecadigital>. Acesso em 17 de junho de 2016.

BRASIL. Lei Nº 12.513, 26 de outubro de 2011. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/12513.ht. Acesso em 21 de setembro de 2014.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. *Guia Pronatec de Cursos Fic*. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <http://pronatec.mec.gov.br/fic/>. Acesso em setembro de 2015.

_____. Ministério da Educação. *Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica*. Disponível em: <http://redefederal.mec.gov.br/historico>. Acesso em 17 de abril de 2016. Disponível em: <http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal>. Acesso em 17 de abril de 2016.

CAMPOS, Ana Cristina e FONTES, Felipe. *Governo lança nova etapa do Pronatec com 2 milhões de vagas*. Agência Brasil: 9 de março de 2016. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-03/governo-lanca-nova-etapa-do-pronatec-com-2-milhoes-de-vagas>. Acesso em 21 de março de 2016.

CASTIONI, Remi. *Planos, projetos e programas de educação profissional: agora é a vez do PRONATEC*. Revista Sociais e Humanas, Santa Maria, v. 26, n. 01, jan-abr 2013, p. 25-42.

CASSIOLATO, Maria Martha M. C.; GARCIA, Ronaldo Coutinho. *Pronatec: múltiplos arranjos e ações para ampliar o acesso à educação profissional*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, IPEA. Rio de Janeiro, 2014.

COSTA, Luís Fernando de Barros. *A expansão da educação profissional técnica de nível médio pelo PRONATEC*. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2016.

GODOI, Janete. *A relação público-privado no ensino médio profissionalizante sob a luz da Lei 12.513 de 2011 que instituiu o PRONATEC*. Joinville: Universidade da Região de Joinville, 2014.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 4ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

IASI, Mauro. *As metamorfoses da consciência de classe (o PT entre negação e consentimento)*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

FERES, Marcelo Machado. *A contribuição do Pronatec para a expansão da educação profissional brasileira*. In: Mapa da educação profissional e tecnológica: experiências internacionais e dinâmicas regionais brasileiras. Brasília, DF. Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2015.

FILHO, Fernando de Holanda Barbosa, PORTO, Rogério, LIBERATO, Denísio. *Pronatec Bolsa-Formação: Uma avaliação inicial sobre reinserção no mercado de trabalho formal*. Ministério da Fazenda, Secretaria de Política Econômica, 2016. Disponível em: https://www.anpec.org.br/encontro/2015/submissao/files_I/i13-b96b730ed095ec6aec5c375de1e9d6dd.pdf. Acesso em 21 de julho de 2016.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *A produtividade da escola improdutiva. Um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista*. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. *Educação, crise do trabalho assalariado e do desenvolvimento: teorias em conflito*. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). *Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século*. 10ª edição. Petrópolis: Vozes, 2011.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. (Orgs.). *Ensino Médio Integrado: concepção e contradições*. São Paulo: Cortez, 2005.

GALLINDO, Erica de Lima; FERES, Marcelo Machado e SCHROEDER, Nilva. *O PRONATEC e o fortalecimento das políticas de educação profissional e tecnológica*. In: Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate, nº 24. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2015.

GRABOWSKI, Gabriel. *Financiamento da Educação Profissional no Brasil: contradições e desafios*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010.

GUIMARÃES, Cátia. *Pronatec: qualificação e trabalho sob demanda*. Revista Poli Saúde Educação Trabalho. Jan./Fev. 2014. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/pronatec-qualificacao-e-trabalho-sob-demanda>. Acesso em 16 de julho de 2016.

JORGE, Tiago Antônio da Silva. *Políticas públicas de qualificação profissional no Brasil: uma análise a partir do PLANFOR e do PNQ*. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2009.

KUENZER, Acacia. *Ensino médio e profissional: as políticas do estado neoliberal*. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. (org.). *Ensino médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho*. 4ª edição. São Paulo: Cortez, 2005.

LEHER, Roberto. *Programa Universidade Para Todos: democratizar ou mercantilizar?* In: Le Monde Diplomatique Brasil, 1º de março de 2013. Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1370>. Acesso em 28 de julho de 2016.

LIMA, Marcelo. *Problemas da educação profissional do governo Dilma: PRONATEC, PNE e DCNEMS*. Revista Trabalho e Educação, Belo Horizonte, v. 21, n.2, p. 73-91, mai./ago. 2012.

LIMA, Rodrigo da Costa. *A reorganização curricular da educação profissional após o Decreto nº 5154/2004: um estudo sobre o Instituto Federal de Santa Catarina – Campus Araranguá*. Porto Alegre: UFRGS, 2012.

LIMA FILHO, Domingos Leite. Impactos das recentes políticas públicas de educação e formação de trabalhadores: desescolarização e empresariamento da educação profissional. *Revista Perspectiva*: Florianópolis, v.20, n.02, p.269-301, jul./dez. 2002.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. *Politecnia, escola unitária e trabalho*. São Paulo: Cortez, 1989.

_____. *Educação e divisão social do trabalho: contribuição para o estudo do ensino técnico industrial brasileiro*. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1982.

MACHADO e ROCHA, Antônia Rozimar. *PROUNI e a Pseudo-democratização na Contra – Reforma da Educação Superior no Brasil*. Mestrado em Educação Brasileira. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza: Repositório UFC, 2009.

MAGALHÃES, João Paulo de Almeida. Estratégias e modelos de desenvolvimento. In: MAGALHÃES, João Paulo de Almeida. *Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003 – 2010*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

MARTINS, Iara Saraiva. *PRONATEC: a estratégia do Partido dos Trabalhadores para a inserção no trabalho precário e atendimento das demandas do capitalismo contemporâneo no Brasil*. Dissertação de Mestrado em Educação Brasileira. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2015.

MÉZÁROS, István. *A educação para além do capital*. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MONTALVÃO, Luciano Alvarenga. *Do PIPMO ao PRONATEC: história e atualidade das políticas nacionais da classe trabalhadora*. *Revista Observatório em Debate*, n. 2, dez. 2015, p. 2-26. Goiânia, 2015.

MOTA, Leonardo de Araújo e. *O novo desenvolvimentismo e a questão social na atualidade*. *Revista Polêmica*, João Pessoa, v. 15, n.2, 2015. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/17836/13247>. Acesso em 23 de julho de 2016.

OLIVEIRA, Maria Marly de. *Como fazer pesquisa qualitativa*. Petrópolis, Vozes, 2007.

PACHECO, Eliezer (Org.). *Perspectivas da Educação Profissional Técnica de Nível Médio – Proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais*. Brasília: Moderna, 2012.

PIRES, Valdemir. *Economia da educação: para além do capital humano*. São Paulo: Cortez, 2005.

POCHMANN, Marcio. *Qual desenvolvimento? : oportunidades e dificuldades do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Publisher, 2009.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *Historia da educação no Brasil (1930/1973)*. Petrópolis: Vozes, 2006.

RUMMERT, Sonia Maria. *Educação de jovens e adultos e trabalhadores no Brasil: do simulacro à emancipação*. Revista Perspectiva: Florianópolis. Vol. 26, nº 1, p. 175-208, jan/jun. 2008.

RUMMERT, Sônia Maria; TOLEDO, Flaviana Alves. *O PNQ e a política de Qualificação profissional de trabalhadores a partir dos anos 1990*. Trabalho Necessário, n. 7, ano 9, p 1-28. 2009. Disponível em <http://www.uff.br/trabalhonecessario/images/TN09TOLEDO.pdf>. Acesso em 21 de abril de 2016.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA Cristóvão Domingos de; GUIDANI, Joel Felipe. *Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas*. Revista Brasileira de História e Ciências Sociais. Ano 1, n. 1, p. 15, jul. 2009.

SAVIANI, Dermeval. *Educação: do senso comum à consciência filosófica*. 8ª edição. São Paulo: Cortez Editora: Autores Associados, 1986.

_____. *Sobre a concepção de politecnia*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ. Politécnico da Saúde Joaquim Venâncio, 1989.

SOBREIRA SANTOS, Geórgia. *A qualificação profissional como instrumento de regulação social: do PLANFOR ao PNQ*. Disponível em: <http://27reuniao.anped.org.br/gt09/t099.pdf>. Acesso em 15 de abril de 2016.